

REPENSANDO O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) EM UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA ¹

Autor:

Amarildo Silva Araújo
Mestrando UFT/SEDUC-PA

Co-autor:

Moisés Pereira da Silva
Doutorando PUC-SP/ Docente UEG/ Docente SEDUC-PA

Resumo:

O presente artigo aborda o tema: Construção de Projeto Político-Pedagógico-PPP. O problema em tela: Por que o PPP não conseguiu atender a necessidade da comunidade escolar. Tendo como objetivo propor ações que possam contribuir para a (re) construção da proposta pedagógica da EEEM - Dr. Abel Figueiredo. Os objetivos específicos: revisar, avaliar e identificar possíveis falhas no PPP e levantar, junto à comunidade escolar, as necessidades para que sejam introduzidas na (re) elaboração. A metodologia adotada: pesquisa-ação. Os instrumentos de coleta de dados: revisão teórica e documental, questionário e entrevistas. Na primeira parte, há uma breve análise crítica do PPP, de 2010 a 2012. Na segunda, fala-se a respeito da importância de construí-lo coletivamente e por fim propõe-se um roteiro que leve à (re) construção democrática e participativa do PPP.

Palavras-Chave: Projeto político-pedagógico. Democracia. Comunidade escolar.

1 Introdução

O presente artigo aborda o tema Projeto Político-Pedagógico (PPP), que é o eixo norteador de todo o trabalho, e o seu diagnóstico permite conhecer a realidade para, assim, definir o tipo de educação que se necessita desenvolver, com o propósito de contribuir para a reflexão da prática e para a efetivação de uma escola reflexiva. Para obter conhecimento a respeito, foi realizada uma revisão teórica e uma análise documental do PPP da EEEM - Dr. Abel Figueiredo, localizada no Município de São João do Araguaia-Pa, onde suas ações foram destinadas para o triênio de 2010 a 2012. A problemática apontada: por que o PPP não conseguiu atender a necessidade da comunidade escolar para o triênio 2010/2012? Assim, este projeto foi analisado minuciosamente e comparadas às propostas e metas definidas para averiguar se estavam de acordo com a realidade elucidada pelo diagnóstico.

Objetivou-se revisá-lo para conhecê-lo e assim propor metas para (re) estruturação, partindo de um referencial teórico, diagnóstico, metas e ações consistentes com a realidade com participação da comunidade escolar. Propôs-se alternativas que possam consolidá-lo pelo levantamento das necessidades. O fundamento é o princípio de que a escola é um espaço democrático, e a comunidade escolar, participando da (re) construção do PPP, tenha a oportunidade de conhecer a realidade escolar e, assim, formular metas que venham melhorar a atividade, e elevar os resultados do Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) e das avaliações externas.

De acordo com as informações coletadas na pesquisa documental, foi definido o objetivo geral, que é propor ações que possam contribuir para (re) construção do PPP. O objetivo se desdobrou nos seguintes objetivos específicos: revisar, avaliar, identificar possíveis falhas neste documento e levantar junto à comunidade escolar as reais necessidades para que possam ser introduzidas na (re) elaboração.

¹ Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso (TCC) especialização (*latu senso*) em gestão escolar da universidade federal do Pará.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Atualmente, no Brasil, fala-se muito em educação, da qual a população deve participar através da gestão democrática da educação, mas antes da Constituição de 1988, o planejamento administrativo escolar era essencialmente não democrático. Após o movimento de redemocratização e da Nova LDB 9394/96, a história da educação passou a fundamentar-se na participação da comunidade através do conselho escolar e projeto pedagógico. O PPP é “[...] instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados [...]” (Veiga, p.110, 2001). Explicita uma filosofia e harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da instituição, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso.

Nesta mesma perspectiva, Vasconcellos (2006, p.169) “[...] acredita que o PPP seja um instrumento teórico-metodológico para intervenção e mudança da realidade”. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. Partindo deste pressuposto, por acreditar na essencialidade da sua função de planejamento e execução das ações e metas, é proposto revisar, identificar e avaliar.

A direção escolar, afirmou que o PPP começou a ser construído no início do ano de 2009 para atender as necessidades financeiras, pois a escola não teria condições de receber recursos federais, estaduais e renovar sua autorização junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE). Por este motivo, se propôs construí-lo com o intuito de tornar a escola legalizada. A construção não foi alicerçada em modelos democráticos.

Na mesma linha de raciocínio sobre o PPP, pode-se afirmar que ele não cumpriu com o seu papel, definido na LDB 9394/96 como um documento que torna visível a democracia na escola. Este é fundamentado nos “princípios de igualdade, qualidade, [...] e autonomia, que deverão nortear a escola democrática” (VEIGA, p. 55, 2001). O documento foi estruturado da seguinte forma: Histórico, Diagnóstico Referencial Teórico, Ações e Metas. Em nota, pode-se afirmar que o histórico está incompleto porque não evidencia a realidade escolar, ano de criação, ensinos que foram oferecidos, servidores e suas contribuições sociais.

A diagnose “[...] não é simplesmente um retrato da realidade ou um mero levantamento de dificuldades, antes de tudo, é um confronto entre a situação que vivemos e a situação que desejamos viver [...]” (VASCONCELLOS, p.85, 1995). No entanto, o diagnóstico reflete uma realidade diferente da atual, ou seja, ultrapassada, que gerou a construção de metas e ações que não corresponderam às suas necessidades. “[...] o diagnóstico implica o desafio de apreendermos analiticamente tudo àquilo que constitui o cotidiano escolar [...]” (VASCONCELLOS, p.85 1995).

A fundamentação teórica foi alicerçada nas teorias de Piaget, Vygotsky e Freire, mostrando a ideologia voltada para a construção de um cidadão crítico e ciente das suas responsabilidades sociais. Contudo, a crítica que se faz basear-se no fato de que o PPP fala em educação democrática, mas por ter sido construído burocraticamente é a expressão escrita de meras apologias, porque defende um ideal democrático, mas sua essência é autoritária. Contudo “[...] é necessário decidir, coletivamente, o que se quer reforçar dentro da escola e como detalhar as finalidades para se atingir a almejada cidadania [...]” (VEIGA, p.23, 2000).

Infelizmente, objetivos, metas e ações não foram efetivamente implementadas por falta de recursos financeiros e humanos, que, por sua vez, levaram ao adiamento das ações, que, quando postas em prática, não conseguiram atender as necessidades por serem unilateralmente construídas e desatualizadas. O PPP em análise, não cumpriu com sua finalidade porque foi construído com poucas informações na composição da história escolar, realidade, fundamentação teórica, ações e

metas. Essa escassez de dados fez o documento obsoleto para elaboração dos objetivos para fundamentar as ações que deveriam amenizar a evasão, reprovação e elevação do IDEB.

3 RESULTADOS

Os resultados são oriundos de entrevista e questionário. Então, foi proposto, investigar se a comunidade escolar conhecia o PPP e respectivamente seus anseios a respeito a (re) elaboração para uma prática educativa eficaz. O objetivo do questionário foi identificar se os sujeitos conheciam o PPP e também conhecer seus anseios com relação a ações a serem incluídas na (re) elaboração para o exercício de 2015/2017. Este foi aplicado à coordenação, professores, secretariado, apoio escolar e pais/responsáveis, e somente a direção escolar foi excluída desta pesquisa através de questionário, por ter sido entrevistada.

O questionário foi aplicado a uma amostra da população escolar, composta de a um número específico de cada segmento: a 100% dos coordenadores, apoio escolar e secretariado, pois este segmento é formado por um pequeno número de pessoas, por isso de fácil acesso e tabulação dos dados e há 50% dos professores. A escola investigada é uma unidade de pequeno porte, segundo a classificação da Seduc-Pa, tendo mais de 550 alunos, 80% deles residindo na zona rural (Senso escolar 2014). Por motivo de tempo, foi selecionada para a aplicação do questionário somente uma turma do turno diurno, com 40 alunos. Já os pais foram escolhidos de forma aleatória, compreendendo um percentual de 5% para aplicação de questionário².

O caminho para construir o planejamento participativo e a estratégia de ação é de competência de todos os servidores, que são também coparticipantes na organização do trabalho pedagógico, bem como pais e alunos, que possibilitam à população o conhecimento e a avaliação dos serviços ofertados e as intervenções que organizam a vida escolar VEIGA (2001). Partindo do pressuposto de que a comunidade escolar deve participar da construção do PPP, contudo perceber-se que este foi construído unilateralmente.

Este fato refleti uma gestão escolar não democrática, mesmo que seja resguardada pela lei. Porque houve implementação da gestão democrática nas instituições de ensino regulamentadas na Constituição Federal/1988, sendo que tais estabelecimentos deveriam adaptar seus estatutos e regimentos com relação à normativa que dispõe a lei 9394/96. Mas, de acordo com as respostas dadas no questionário aplicado, pôde-se perceber que a comunidade anseia em participar das decisões da escola, pois suas respostas refletem este desejo. Para que isto aconteça de fato é preciso

² Cinquenta por cento afirmaram que sabiam o que era PPP, e outros 50%, que o conheciam em partes. A respeito da sua construção haviam participado de alguns momentos (diretores, coordenadores), contudo professores, pais, alunos e apoio escolar não participaram. Já em relação às melhorias físicas, os entrevistados foram unânimes. A respeito a aplicação dos recursos financeiros, 100% afirmaram que deveriam ser aplicados na compra de materiais de expediente permanente, didáticos e pedagógicos, cursos de capacitação e reformas prediais. No item que abordava ações que deveriam ser inseridas para melhoria da prática docente, 100% dos entrevistados sugeriu a formação continuada, o suporte pedagógico, o cumprimento dos seus deveres e as aulas inovadoras. Sobre a modalidade de gestão escolar, 75% definiram gestão democrático-participativa e 25% apontaram a gestão funcionalista. Cem por cento apontaram que o trabalho docente deveria ser alicerçado em teorias construtivistas. No item que abordava a modalidade de trabalho da coordenação, 100% apontaram as teorias construtivistas. Sobre a criação de metas concernentes à preparação do aluno, foram unânimes em dizer que deveria ser preparada para a vida, a faculdade e para o trabalho. Já nos itens seguintes, 100% afirmaram que as metodologias e avaliações deveriam prepará-los para as avaliações externas. Já no item sobre a inserção de cursos profissionalizantes, 100% apontaram há inserção no PPP projetos para criação destes cursos. O final do questionário abordou a criação de metas e ações, que deveriam ser fundamentadas nos índices de aprovação/reprovação/evasão escolar. Com base nos dados colhidos pelos questionários ora aplicados aos sujeitos que formam a escola, pôde-se perceber que a grande maioria deles não conhecia o PPP e não sabia que deveriam participar das tomadas de decisões. Sabemos que a existência de uma escola requer o trabalho de muitas pessoas que interferem diretamente no seu cotidiano.

convocar toda a comunidade escolar através de órgãos colegiados para participarem da (re) construção, pois sua essência é democrática e participativa.

4 DISCUSSÕES

É proposta a abordagem acerca da (re) construção do Projeto Pedagógico de forma democrática e participativa por todos os agentes que formam a escola direta e indiretamente: profissionais da educação, alunos e pais/responsáveis. O PPP permite à comunidade escolar construir, coletivamente, amplos consensos em relação à vida escolar (PINHEIRO; CAPANEMA, 2010). O PPP é um documento que agrega anseios, desejos e esperanças de todos, mas sua construção não é democrática e participativa.

Portanto, pode-se perceber que muitos PPPs nasceram de forma burocrática, simplesmente para cumprir uma determinação legal, ferindo assim com seu nascimento o que determina a LDB 9394/96, que rege que este documento deve expressar um pensamento democrático e participativo de todos que formam a escola. Então, traçou um caminho de forma clara para a (re) construção do PPP de forma democrática e participativa, em todas suas etapas, por entender sua importância para o trabalho escolar de qualidade. Este projeto, por sua vez, nasce no centro de uma gestão democrática.

E o primeiro passo para a (re) construção do PPP escolar é formar uma coordenação para conduzir o processo. A coordenação, que será responsável pelo processo de orientação, planejamento e (re) elaboração. Esta coordenação será responsável por convocar todos os que compõem a escola - direção, coordenação pedagógica, professores, apoio escolar, alunos e pais/responsáveis - para participarem das reuniões, palestras e oficinas para a (re) elaboração.

A participação da comunidade escolar é um componente essencial para o sucesso do processo educativo, porque a educação não se realiza sem a sua contribuição, e sua presença é indispensável na gestão da educação e na avaliação das políticas educacionais (RIBEIRO; CAPANEMA, 2010). A ação da família junto à escola concretiza-se com a participação no conjunto das atividades, em diferentes momentos, desde a elaboração do planejamento até a execução e avaliação do PPP. A proposta pedagógica é a marca registrada da escola, a identidade do estabelecimento.

Após a formação da coordenação e a conscientização de todos os que formam a escola, convoca-se representantes de cada segmento para participar da (re) construção do marco referencial. O marco referencial, por sua vez, trata da fundamentação teórica, filosófica, espiritual adotada, que expressa sua identidade, visão crítica de mundo, seus ideais de sociedade, os desejos de rompimento com as situações que desagradam e a projeção de um futuro melhor. Um referencial deve ser pautado em duas dimensões - a da existência e a do desejo.

Assim, o marco referencial é fundamental para a (re) construção do PPP. No marco situacional, é preciso criar um panorama global do país e de como se posiciona no contexto mundial, mencionando os problemas, o que se enxerga de bom e de ruim. Já no marco doutrinário, são assumidas algumas propostas sociais, culturais, educacionais e políticas para auxiliar na formação da sociedade que deseja. O marco operativo, expressa um desejo, uma proposta de utopia, um projeto de futuro e por este motivo deve ser um sonho, pois guiará as ações práticas e pedagógicas do dia a dia para auxiliá-la na formação de sujeito e da sociedade.

A coordenação resume todas as informações produzidas pelo grupo e socializa em uma plenária com a participação de todos os envolvidos no processo. Depois de concluída esta etapa, parte-se para seguinte - a (re) construção do diagnóstico. Após a etapa de (re) construção do marco

referencial, inicia-se uma nova etapa, que é a de (re) elaboração do diagnóstico, que constitui um momento ímpar.

Segundo (NOGUEIRA, p.67 2011) “é necessário ter bem claro o significado de diagnóstico para não confundi-lo com pontos negativos, dados administrativos, levantamento estatísticos”. Pois ele não se resume simplesmente a levantamentos de informações, mas à comparação entre o que efetivamente praticamos hoje - metodologia, práticas educativas, referencial teórico, princípios pedagógicos, ações comunitárias etc. - e o que colocamos como intenções em nosso marco operativo. Desta forma, a diagnose é o conhecimento construído da situação atual, que possibilita a projeção para a escola e o ensino que desejamos para o futuro.

Destarte, o diagnóstico aprofunda as necessidades levantadas, encaminhando pistas de como elaborar o PPP. Para que isso possa sair do texto e ir para prática, é necessário planejar o como fazer, que será mostrado mais adiante no plano de ação. Finalizada esta etapa, parte-se para a próxima - a programação. Neste momento, parte-se para a ação, a construção de uma programação de trabalho. Segundo (NOGUEIRA, 2011) para tal, confronta-se o que considera ser ideal para educação com o que efetivamente pratica-se hoje na instituição. Da diferença (confronto ou comparação) entre o real (nossa prática) o ideal (nosso desejo de ideal-projeção), é levantado às necessidades.

Então, pensa-se nas necessidades, ou seja, na projeção de uma escola ideal que expresse os anseios de todos os que a formam, que foi definida no marco operativo e sonhada em nossa visão, sendo importante traçar uma proposta de ação para tirar as idéias e os desejos do campo teórico e levá-los para a prática.

Nesta fase, é importante saber distinguir, entre ações necessárias, aquelas que podem ser atingidas e aquelas que não podem ser atingidas. Sempre sonha-se com uma escola melhor, e este tem que ser um dos alicerces do PPP, não podendo ser algo inalcançável, mas algo que possa ser alcançado para não frustrar a comunidade escolar. A elaboração da programação se apresenta em quadro dimensões: “Objetivos: ações concretas”. [...] Políticas e estratégias: ações que devem ser constantemente trabalhadas. [...] Atividades permanentes: dizem respeito às rotinas.[...] Determinações “gerais: basicamente são regras e normas” (NOGUEIRA, p.71, 2011).

Finalizada a programação, tem-se em mãos tudo de que se precisa para construir a próxima etapa, pois estas informações sintetizadas pela coordenação do PPP e expostas em plenária a todos que fazem parte da equipe são formadas por componentes de vários segmentos. A próxima etapa de trabalho é classificar todas as necessidades levantadas nas quatro categorias apresentadas na programação para partir para (re) elaboração do plano de ação.

Primeiramente, no plano de ação sempre se define “o quê?”, que é o objetivo que se deseja alcançar. Para esta etapa, trabalhar-se-á apenas com os objetivos e as políticas e estratégias levantadas na elaboração do plano de ação. O plano de ação prever o passo a passo que garante a mudança da dimensão do desejo para a dimensão da realização. Assim, quanto mais detalhado, mais garantias terão de que o projetado se realize. Determinada a (re) elaboração do PPP, sabe-se “o que fazer” e “para que fazer”. Faltam ainda “[...] quem vai fazer?, Quando vai fazer?, Com quais recursos? E Com quais estratégias? [...]” (NOGUEIRA, p.83, 2011).

Nesta etapa, a coordenação criar ações para serem desenvolvidas num período determinado, para sair da atual situação para aquela que se deseja. Concluída esta etapa, parte-se para a próxima, que é avaliação do processo. Avaliar é uma ferramenta essencial no processo de execução do PPP, pois releva se houve êxito ou não na execução da ação e se ela aconteceu no prazo esperado. Esta ferramenta leva a refletir acerca do desenvolvimento das ações e se elas conseguiram atingir o que era esperado, porque saber-se que todo o PPP converge para execução das ações, que têm como objetivo levar a escola da situação atual até onde se almeja que chegue, ou seja, a um lugar de destaque com relação à qualidade de ensino ofertada.

Se não avaliar o PPP, não sabe-se se alcançou o resultado esperado. Por este motivo, sugere a criação de um instrumento denominado indicador de desempenho, que cumpre o papel de auxiliar no processo de avaliação, principalmente destacando os motivos, as causas, os efeitos e as mudanças de estratégias. Esta ferramenta possibilita que o planejamento se efetive e que possa atingir os objetivos planejados, ou que possa justificar a viabilidade ou não do cronograma estabelecido. Enfim, é possível acompanhar de perto os sucessos ou insucessos do processo que planejamos (NOGUEIRA, 2011).

Após a (re) elaboração de todas as etapas descritas, chega o momento de redigir o documento final, em que todos os textos elaborados de forma coletiva e na perspectiva coletiva são unidos, formando então o PPP. A redação final pode ser em forma de livreto ou de impresso, sendo entregue aos participantes do processo, que, certamente, se sentirão orgulhosos de terem participado da sua (re) elaboração. Neste documento, deve-se mostrar a cara da escola como ela é, não como muitos maquilam para disfarçar sua face NOGUEIRA (2011).

O guia que melhor pode visualizar o PPP seria um que apresentasse a seguinte estrutura: Apresentação; As expectativas da direção; Sumário; Apresentação da escola; Introdução e justificativa da (re) elaboração do PPP; Marco referencial; Visão; Missão; Valores; Diagnóstico; Programação; Plano de ação; Indicador de desempenho; Créditos; Agradecimentos especiais; e Apêndices NOGUEIRA (2011).

Assim, finaliza-se esta parte propondo um caminho a ser seguido para (re) elaboração de forma democrática e participativa do PPP, mas ainda longe de afirmar que este seja o único caminho, visto que saber-se que há vários meios para se construir este documento, contudo propôs mostrar um destes, para que este seja realmente (re) feito com a participação de todos. Este trabalho veio como resposta a uma situação complexa que se configura na gestão escolar de forma não democrática, resultado em primeiro lugar da falta de eleição e, em segundo, pelo fato de a gestão sempre atuar de forma não coletiva, fruto da não participação da comunidade nas tomadas de decisões, sendo este o motivo propôs-se uma forma coletiva de (re) construção, aplicação e avaliação do PPP, para assim tornar a gestão democrática e participativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente o objetivou propor um meio que contribuísse para a (re) construção do projeto pedagógico democrática e participativamente. Para atingir este fim, foi necessário analisar, revisar e investigar de forma minuciosa o PPP 2010/2012. Através da pesquisa, chegou a seguinte conclusão com relação ao problema investigado, que o PPP não conseguiu atender a necessidade da comunidade escolar para o triênio 2010/2012, em consequências de vários fatores: falta de recursos financeiros em detrimento das prestações de contas de 2010/2011 estarem atrasadas, alta rotatividade de servidores. A investigação no referido documento e a entrevista com a direção escolar nos levaram acreditar que não havia informações atualizadas. Na análise, pode-se perceber que o PPP foi construído de forma unilateral pela direção e, em alguns momentos, com a participação de professores e coordenadores.

Em leituras no PPP, pode-se perceber que seu marco referencial estava alicerçado em teorias educacionais construtivistas, contudo sua criação foi em modelos tradicionais, e seu diagnóstico e plano de ação não refletiam uma visão geral, mas uma visão da direção escolar. Por este motivo, propôs conhecer a opinião da comunidade escolar - através de um questionário. Através deste questionário, pôde-se ter uma noção do que a comunidade esperava do PPP escolar e entender que educação não se faz sozinho, mas com a participação de todos os agentes ligados direta e indiretamente à educação.

E na parte final, propôs à direção escolar um caminho que levasse a escola em questão a (re) construir seu PPP-2015/2017, de forma democrática e participativa, para que assim pudesse realmente se efetivar a democracia no seio escolar. A pesquisa-ação, desenvolvida em torno da análise e reconstrução do projeto pedagógico, teve impacto positivo na comunidade escolar; após a divulgação dos resultados. A comunidade escolar se posicionou favorável à proposta apresentada, e decidiram em reunião em reconstruir o PPP para o triênio 2015/2017, seguindo o plano apresentado na pesquisa.

6 REFERENCIAS

BRASIL. Leide. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394/96. 1996. Disponível em: <<http://www.cefetce.br/Ensino/Cursos/Medio/Lei.htm>> Acesso em março de 2015.

NOGUEIRA, Ribeiro Nogueira. **Projeto Político Pedagógico: Guia prático para construção participativa**. São Paulo: Érica, 2011.

RIBEIRO, Rose Mary; CAPANEMA, Clélia de Freitas. **Construção e aplicação do Projeto Político-Pedagógico: A participação da comunidade escolar**. V Congresso Internacional de Filosofia e Educação. Caxias do Sul. 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELOS, C. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo – elementos metodológicos para elaboração e realização**. São Paulo: Libertad, 1995 (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v. 1).

_____. **Coordenação do trabalho pedagógico: Do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Liberdade, 2006.

VEIGA, Ilma P. Alencastro. **Perspectiva para reflexão em torno do projeto político-pedagógico**, In: Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Ed. Papyrus, 1998.

_____. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. São Paulo: Papyrus, 2000.

_____. **Projeto político-pedagógico: novas trilhas para a escola**. In: VEIGA, I.P.A.; FONSECA, M. (Org.). Dimensões do projeto político- pedagógico: novos desafios para a escola. Campinas: Papyrus, 2001.